Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Hospital Municipal M' Boi Mirim

CNPJ.: 66.518.267/0008-50

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

Ativo	Notas	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	12.778.852,78	8.354,44
Adiantamentos a Fornecedores		135.048,65	36.951,78
Adiantamentos a Empregados	5	966.278,25	479.426,74
Impostos Recuperáveis		-	2.865,18
Créditos do Contrato de Gestão	6	13.922.554,00	19.438,08
Estoques	7	6.772.988,14	2.094.362,03
Despesas Antecipadas		213.825,88	160.913,47
		34.789.547,70	**2.802.311,72**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	5.501.502,21	4.909.017,20
Intangível	9	37.570,70	65.518,75
		5.539.072,91	**4.974.535,95**
Total do Ativo		**40.328.620,61**	**7.776.847,67**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2020	2019
Passivo Circulante			
Fornecedores	10	7.222.896,12	5.860.322,22
Obrigações Trabalhistas	11	7.732.942,48	5.617.718,41
Obrigações Sociais e Fiscais	12	6.611.792,33	4.179.490,30
Empréstimos Bancários	13	48.285,49	14.040.261,60
Contas a Pagar		396.615,32	620.628,51
Provisões para Férias e Encargos		12.986.198,44	10.050.529,14
		34.998.730,18	**40.368.950,18**
Passivo não Circulante			
Provisões para Contingências	14	1.632.620,74	1.573.620,37
Recursos Governamentais a Realizar		-	474.054,71
Bens Públicos em nosso poder	15	5.539.072,91	4.974.535,95
		7.171.693,65	**7.022.211,03**
Patrimônio Líquido Negativo			
Patrimônio Social		(39.614.313,54)	(30.540.258,50)
Déficit / Superávit do Exercício		37.975.510,32	(9.277.055,04)
Transferências Patrimoniais		(203.000,00)	203.000,00
		(1.841.803,22)	**(39.614.313,54)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**40.328.620,61**	**7.776.847,67**

Demonstração do Resultado do Período Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

	Notas	2020	2019
Receitas Líquidas	16	**277.345.236,81**	**173.970.995,12**
Contrato de Gestão	17	277.449.252,00	174.443.773,30
Realização de Bens Públicos em nosso poder		1.248.534,26	1.147.805,54
(-) Repasse Destinado Aquisições do Imobilizado	3.h	(1.352.549,35)	(1.620.623,72)
Custos		**(231.869.173,59)**	**(175.505.377,94)**
Pessoal e Reflexo	19	(154.513.880,07)	(117.708.435,84)
Serviços Terceirizados	20	(42.632.434,16)	(32.857.318,34)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(34.722.859,36)	(24.939.623,76)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	27	37.034.143,59	29.022.291,35
(-) Isenção da CPP Usufruída	27	(37.034.143,59)	(29.022.291,35)
(=) Resultado Bruto		**45.476.063,32**	**(1.534.422,82)**
Despesas		**(9.537.231,83)**	**(8.108.217,76)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(277.583,76)	(232.118,66)
Despesas Gerais	22	(8.542.711,63)	(6.876.999,94)
Provisões para Contingências		(716.936,44)	(999.099,16)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**2.570.901,66**	**1.161.347,74**
Receitas com Doações		1.371.834,32	29.200,00
Outras Receitas		1.199.067,34	1.132.147,74
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**38.509.733,15**	**(8.481.292,84)**
Resultado Financeiro	18	**(534.222,83)**	**(795.762,20)**
Receitas Financeiras		32.677,08	22.933,47
(-) Despesas Financeiras		(566.899,91)	(818.695,67)
Déficit / Superávit do Exercício		**(37.975.510,32)**	**(9.277.055,04)**

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

	2020	2019
Atividades Operacionais		
Déficit / Superávit do Exercício	37.975.510,32	(9.277.055,04)
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	(98.096,87)	(11.637,06)
Adiantamentos a Empregados	(486.851,51)	19.507,98
Impostos Recuperáveis	2.865,18	-
Créditos com Convênios	(13.903.115,92)	3.380.561,92
Estoques	(4.678.626,11)	(73.819,58)
Despesas Antecipadas	(52.912,41)	(3.131,51)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	1.362.573,90	733.247,35
Obrigações Trabalhistas	2.115.224,07	299.290,09
Obrigações Sociais e Fiscais	2.432.302,03	52.237,72
Provisões para Férias e Encargos	2.935.669,30	246.057,47
Provisões para Contingências	59.000,37	708.809,53
Outras Obrigações	(698.067,90)	(943.203,98)
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**(26.965.474,45)**	**(4.869.135,11)**
Atividades de Financiamento		
Atividade de Imob./Intang. Pertencente à Gestão Pública	1.352.549,35	1.620.623,72
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**1.352.549,35**	**1.620.623,72**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	(1.352.549,35)	(1.620.623,72)
Recebimento(Pagamento)de Empréstimos	(13.991.976,11)	4.646.522,85
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(203.000,00)	203.000,00
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**15.547.525,46**	**3.228.899,13**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(12.770.498,34)**	**(19.612,26)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	8.354,44	27.966,70
Disponibilidades no Final do Exercício	12.778.852,78	8.354,44
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(12.770.498,34)**	**(19.612,26)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit	Transferências Patrimoniais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(30.889.983,95)**	**349.725,45**		**(30.540.258,50)**
Incorporação do Superávit Anterior	349.725,45	(349.725,45)	-	-
Transferências Patrimoniais	-		203.000,00	203.000,00
Déficit do Exercício	-	(9.277.055,04)	-	(9.277.055,04)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(30.540.258,50)**	**(9.277.055,04)**	**203.000,00**	**(39.614.313,54)**
Incorporação do Déficit Anterior	(9.277.055,04)	9.277.055,04	-	-
Incorporação das Transf. Patrimoniais	203.000,00	-	(203.000,00)	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(203.000,00)	(203.000,00)
Superávit do Exercício	-	37.975.510,32	-	37.975.510,32
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**39.614.313,54**	**37.975.510,32**	**(203.000,00)**	**(1.841.803,22)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83. O **CEJAM** qualificado como Organização Social, em parceria com a **Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein - SBIBHAE**, através do Contrato de Gestão nº 004/2008 SMS.G/NTCSS firmado com a **Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo** em 07 de fevereiro de 2008, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal M`Boi Mirim ("Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch")** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde, que vem sendo prorrogado através de termos aditivos. A Entidade, para fazer frente ao patrimônio líquido negativo, vem buscando a manutenção e repactuação da parceria municipal, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade. **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diverger dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos**: a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, vinculados à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-economica dos bens revisada pela entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2020 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2019. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias: 3 anos; • Máquinas e Equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear a taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade avaliou identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Fundo Fixo	2020	2019
Caixa	100,00	100,00
Fundo Fixo de Caixa	2.200,29	2.000,00
	2.300,29	**2.100,00**
Bancos - Contas Movimento	**2020**	**2019**
Banco Santander (Brasil) S.A.	12.776.552,49	6.254,44
	12.776.552,49	**6.254,44**

5. Adiantamento a Empregados

	2020	2019
Outros Adiantamentos	522.582,19	195.373,47
Adiantamentos de Férias	443.696,06	284.053,27
	966.278,25	**479.426,74**

6. Créditos com Contrato de Gestão

	2020	2019
PMSP - Hosp. M` Boi Mirim	13.922.554,00	-
	13.922.554,00	-

7. Estoques

	2020	2019
Medicamentos	1.928.389,90	668.585,01
Materiais de Uso dos Pacientes	3.757.863,58	889.498,36
Gêneros Alimentícios	195.374,67	97.889,53
Produtos de Limpeza	160.938,60	154.512,65
Materiais de Manutenção	173.639,83	65.865,26
Rouparia	-	80.320,40
Outros Materiais de Consumo	556.781,56	137.690,82
	6.772.988,14	**2.094.362,03**

8. Imobilizado

Imobilizado de Gestão Pública	Taxa	2020	2019
Benfeitorias	33%	3.796.549,40	3.796.549,40
Máquinas e Equipamentos	10%	2.108.944,13	1.531.905,50
Equipamentos de Uso Médico	10%	16.817.486,84	15.773.214,27
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	280.006,77	273.026,77
Equipamentos de Informática	20%	2.264.731,18	2.172.029,60
Móveis e Utensílios	10%	4.567.308,56	4.450.839,65
(-) Depreciação Acumulada		(24.333.524,67)	(23.088.547,99)
		5.501.502,21	**4.909.017,20**

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível

Intangível de Gestão Pública	Taxa	2020	2019
Direito de Uso de Sistemas	20%	1.939.111,14	1.939.111,14
(-) Amortização Acumulada		(1.901.540,44)	(1.873.592,39)
		37.570,70	**65.518,75**

10. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	3.209.246,38	2.065.648,11
Fornecedores de Serviços - Pessoas Jurídicas	3.855.912,26	3.584.023,35
Fornecedores de Serviços - Pessoas Físicas	157.638,48	210.650,76
Fornecedores de Imobilizado	99,00	-
	7.222.896,12	**5.860.322,22**

11. Obrigações Trabalhistas

	2020	2019
Salários a Pagar	7.666.476,56	5.593.826,23
Benefícios a Pagar	15.207,44	-
Pensões Alimentícias a Pagar	50.463,56	23.892,18
Benefícios a Pagar	794,92	-
	7.732.942,48	**5.617.718,41**

12. Obrigações Sociais e Fiscais

	2020	2019
INSS a Recolher	1.482.041,12	513.736,88
FGTS a Recolher	1.325.692,68	935.358,23
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	14.687,92	8.093,07
IRRF a Recolher	3.671.148,83	2.622.828,17
CSRF a Recolher	74.880,73	62.366,30
ISS Retido na Fonte a Pagar	27.041,97	28.931,41
ISS Retido na Fonte a Recolher	16.299,08	8.176,24
	6.611.792,33	**4.179.490,30**

13. Empréstimos Bancários

	2020	2019
Banco Bradesco S.A. (Conta Garantida)	-	4.040.261,60
Banco Santander S.A. (Conta Garantida)	48.285,49	10.000.000,00
	48.285,49	**14.040.261,60**

A entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander, com limites máximos de R$ 4.040.261,60 e R$10.000.000,00, respectivamente, para garantir suas as operações em caso de insuficiência de caixa. A taxa juros pós-fixadas equivale a 0,59% a.m. no Bradesco e 0,55% a.m. no Santander, acrescida do CDI.

14. Provisões para Contingências

	2020	2019
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.632.620,74	1.573.620,37
	1.632.620,74	**1.573.620,37**

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade sobre a possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R$ 240.000,00, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

Processos com Perda Possível	2020
De natureza Trabalhista	240.000,00
	240.000,00

15. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no valor de R$ 5.539.072,91 em 2020 e R$ 4.974.535,95 em 2019, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, líquido de depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

16. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente para as receitas de prestação de serviços em geral reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldo de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

17. Receitas com Contrato de Gestão

Contrato de Gestão 004/2008 (Hospital Mun. M'Boi Mirim)	2020	2019
	277.449.252,00	174.443.773,30
	277.449.252,00	**174.443.773,30**

continua

continuação

18. Receitas e Despesas Financeiras

	2020	2019
Descontos Obtidos	32.677,08	22.933,47
(-) Juros Bancários	(537.284,62)	(799.416,29)
(-) Tarifas Bancárias	(29.615,29)	(19.279,38)
	(534.222,83)	**(795.762,20)**

19. Custos com Pessoal Próprio	2020	2019
Remunerações	137.961.164,68	104.768.340,06
Benefícios	5.657.828,27	4.393.367,23
Encargos Sociais	10.894.887,12	8.546.728,55
	154.513.880,07	**117.708.435,84**

20. Custos com Serviços Terceirizados	2020	2019
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	39.379.216,58	30.020.105,73
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	3.253.217,58	2.837.212,61
	42.632.434,16	**32.857.318,34**

21. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2020	2019
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	23.584.067,68	17.416.521,75
Materiais de Consumo	5.659.742,45	4.115.640,32
Materiais de Conservação e Reparos	1.156.244,86	925.732,31
Outros Materiais e Insumos	4.322.804,37	2.481.729,38
	34.722.859,36	**24.939.623,76**

22. Despesas Gerais	2020	2019
Contas de Consumo (Água, Energia Elétrica e Telefone)	3.761.840,42	4.035.022,87
Aluguéis (Móveis, Equipamentos e Aparelhos)	2.686.284,61	1.106.755,44
Administrativas	168.932,58	163.459,04
Publicidade	-	1.418,85
Bens Não Imobilizados	329.192,67	106.447,55
Outras Despesas Gerais	1.596.461,35	1.463.896,19
	8.542.711,63	**6.876.999,94**

23. Partes Relacionadas: O Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch - M' Boi Mirim, mantém operações com o CEJAM e Hospital Albert Einstein decorrentes de um contrato de Gestão Hospitalar firmado em 07 de fevereiro de 2008, com vigência validada por termos aditivos de prorrogação de prazos. As transações ocorridas no período se referem basicamente ao reembolso dos recursos desembolsados pelo Hospital Albert Einstein, relacionados à folha de pagamento de profissionais ligados à gestão. Em função de terceirização do serviço laboratorial, existem também valores vinculados às análises clínicas realizadas no Hospital Albert Einstein. Estas cobranças respeitam a tabela do SUS, estando assim distribuídas:

	2020	2019
Gestão Hospitalar (Reembolso de folha de pagamento)	6.917.622,05	2.999.496,30
Serviços Laboratoriais (Análises Clínicas e Patológicas)	4.842.322,35	3.415.549,65
	11.759.944,40	**6.415.045,95**

24. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Atendimento à Legislação Das Entidades De Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **26. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS):** O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado, com validade pelo período de 30 de novembro de 2015 até 29 de novembro de 2018. Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.191938/2018-98. Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte: *"Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto." "Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador."* A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. **27. Isenções Previdenciárias (Quota Patronal):** A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2019 foi de R$ 29.022.291,35 (em 2018 de R$ 26.890.553,70) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2020	2019
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	36.383.500,07	28.454.848,83
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	650.643,52	567.442,52
	37.034.143,59	**29.022.291,35**
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(36.383.500,07)	(28.454.848,83)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(650.643,52)	(567.442,52)
	-	-

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.191938/2018-98. **28. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social**: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Dr. Mário Santoro Junior - Gerente de Desenvolvimento Institucional
Dra. Fabiana Rolla - Diretora Geral
Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Filial - Hospital Municipal M' Boi Mirim**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da